



Anais da Assembléia

Nº 82

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 1990

ANO XV

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 11.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1990
(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

Às dezesseis horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Renato Adur, Sabino Campos, e Vera Agibert (31). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Tadeu Lúcio Machado, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, David Cheriegate, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, José Alves, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Rubens Bueno e Valderi Mendes Vilela (23).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura a Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)
25 Senhores Deputados aprovam.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está retirada a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 379/90, que declara de Utilidade Pública, a Creche Jesus Criança, do Município de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1803

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei Complementar nº 386/90, oriundo da Mensagem Governamental nº 126/90, que dispõe sobre a adoção dos Símbolos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1793

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência na votação do Projeto de Lei nº 138/89, que fixa normas para a instalação física de instituições de cunho estritamente religioso.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Resolução n° 77/90.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 1801

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja dada Preferência de Votação aos Projetos de Lei n°s 361 e 362/90, constantes da Pauta da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1799

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa de discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 1804

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 290/89, na próxima sessão plenária do ano em curso.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 278/89, na Ordem do Dia da próxima sessão plenária, que conceda o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Carlos Hugo Von Graffen.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) JOSÉ FELINTO

REQUERIMENTO N° 1808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da

Assembléia em Comissão Geral na próxima sessão às 14:30 horas, para apreciar o Projeto de Lei n° 379/90.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1791

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, propõe à Casa o Registro em Ata dos trabalhos desta sessão, de um voto de profundo pesar pelo trágico falecimento, ocorrido hoje, em Guaratuba, de três jovens pertencentes a famílias tradicionais daquela comunidade litorânea, a saber:

MARCELO SILVA, com 21 anos de idade;

MAURÍCIO BEVERVANSO, com 20 anos e

RENÊ BUNEL, com 19 anos.

O destino que colheu tão infaustamente os jovens guaratubanos, em acidente automobilístico, ceifou-lhes as vidas em pleno florescimento, sendo que davam início a carreira que, por certo, seriam promissoras quanto as de seus pais e destacados parentes, motivo porque convidamos a esta Casa a se associar à dor de todos os guaratubanos, expressa inclusive no luto oficial com suspensão das atividades da Prefeitura, decretada pelo Prefeito Aldo Abagge.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1810

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, Votos de Congratulações pela passagem do Dia do Telefonista.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desenvolvendo um papel fundamental, tanto no setor público, quanto no privado, os telefonistas estão presentes, diariamente, na vida dos cidadãos, recebendo e completando ligações telefônicas em grandes complexos administrativos e industriais, nos quais a atuação desses profissionais é imprescindível.

Exigindo destreza na ação mecânica e intelectual, o exercício da atividade de telefonista não é reconhecido como uma profissão propriamente dita, mas como uma ocupação, o que é injusto, uma vez que se descaracteriza a perenidade e eventualidade dessa atividade no momento em que se exige conhecimento e prática daqueles que se dispõem a executá-la.

Colhemos a oportunidade para manifestar nossa preocupação diante da inexistência de uma maior consideração por

parte dos administradores públicos e privados, diante das necessidades e anseios de tão merecedora categoria, dentre eles, a questão salarial e melhores condições de trabalho.

Que seja dada ciência do presente ao Setor de Telefonia deste Poder Legislativo.

REQUERIMENTO N° 1809

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Votos de Congratulações à RÁDIO CLUBE PARANAENSE, pela passagem dos 66 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Rádio Clube foi fundada em 27 de junho de 1924, tendo origem num clube de Rádio que congregava aficcionados da nova maravilha que empolgava o mundo: a radio-telefonia.

Lívio Moreira foi o pioneiro, cujo entusiasmo contagiou a outros, junto com os quais, fundou-se a primeira rádio do Paraná.

A história da Rádio Clube enseja um pedaço valioso da história do nosso Estado, uma vez que por seus microfones passaram grandes nomes da música nacional e internacional: Vicente Celestino, Marlene, Carlos Galhardo, Nuno Roland e Jorge Goulart foram alguns dos valores nacionais e, dentre os internacionais: Tito Schipa, Yma Sumac, Orquestra Casino de Sevilla, Pedro Vargas e outros.

Em 1973 a Arquidiocese de Curitiba, graças ao trabalho exaustivo e abnegado de Monsenhor Vicente Vítola e o apoio irrestrito de D. Pedro Fedalto, fundou a Fundação Nossa Senhora do Rocio, que adquiriu a Rádio Clube Paranaense.

A partir daí e mantendo a tradição de inovação, a Rádio Clube só aprimorou sua programação, tornando-se presença diária e obrigatória em largo número de lares do Paraná e do Brasil.

Congratular-se com a Rádio Clube Paranaense, a popular BEDOIS, é congratular-se com a nossa própria história que pouco a pouco se confunde com a história daquela pioneira emissora.

Que seja dada ciência desta homenagem do Poder Legislativo à emissora supra-mencionada, à Fundação Nossa Senhora do Rocio e à Arquidiocese de Curitiba.

REQUERIMENTO N° 1800

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto con-

gratulatório pelo 35° Aniversário da 3.ª Igreja do Evangelho Quadrangular.

Essa instituição religiosa liderada pela Pastora Odá de Castro Pessanha, acolhe cerca de 2.500 membros no seu templo localizado no bairro Água Verde.

Requer, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à 3.ª Igreja do Evangelho Quadrangular.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 1792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilmo. Senhor CARLOS ANTÔNIO DE ALMEIDA FERREIRA, Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando a instalação de uma agência bancária no município de Turvo.

Requer, ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência aos Senhores Edgar Rickli, Prefeito Municipal, Av. 12 de Maio, 353; Vereador Júlio B. S. Kummer, Presidente da Câmara Municipal e Nelson de Oliveira, Presidente do Diretório Municipal do PMDB, sito à Rua Ernesto Rickli s/n, Turvo-Pr.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O município de Turvo não possui ainda uma agência bancária do BANESTADO, para suprir as necessidades daquela comunidade.

Tanto é que os moradores estão sentindo sérias dificuldades, principalmente sobre o pagamento de agricultores que necessitam se deslocar para cidades vizinhas.

Sendo assim, a instalação de uma agência naquele Município muito beneficiaria seus moradores, bem como agricultores, professores e comerciantes, evitando sobremaneira o deslocamento dos mesmos para cidades mais próximas.

REQUERIMENTO N° 1805

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, que seja enviada mensagem aos Exmos. Senhores Presidente da República e Ministros de Estado da Justiça, do Trabalho e da Economia, nos termos seguintes:

"A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná solicita a Vossa Excelência revisão do ato que obsta a correção dos proventos de aposentadoria conforme índice do salário-mínimo, segundo regra contida na Constituição Federal que não pode ser descumprida por lei ou norma de hierarquia inferior".

O pleito se justifica porque a Medida Provisória n° 193/90, ao arripio da Constituição Federal, desvinculou a re-
vi-

são dos benefícios da Previdência da periódica recuperação do salário-mínimo e do poder aquisitivo dos trabalhadores em geral.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) NELSON VASCONCELLOS
REQUERIMENTO N° 1813

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a realização de Sessão Extraordinária para discussão e votação da Redação Final dos Projetos de Lei N°s 361/90 e 362/90, que tratam de Revisão Orçamentária, tendo em vista o que dispõe o artigo 18 da Lei n° 9173/89, para esta data.

Sala das Sessões, em 29.06.90

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e do PMDB

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 84/90

Art. 1° - Fica autorizada a realização do plebiscito, na área adiante descrita, no município de Rolândia, para que a respectiva população descida sobre a criação do município de PITANGUEIRAS:

1° - Com o município de Jaguapitã.

Começa na foz do Ribeirão Dríades, no rio Bandeirantes do Norte, sobe por este até a foz do Ribeirão das Pitangueiras.

2° - Com o município de Rolândia.

Começa no rio Bandeirantes do Norte, na foz do Ribeirão Pitangueiras por este acima até o córrego Mangueiras divisa com o município de Sabáudia.

3° - Com o município de Sabáudia.

Começa na foz do córrego Mangueiras por este córrego seguindo até seu afluente córrego Mamão e por este acima até sua cabeceira, de onde alcança em linha reta, a cabeceira mais próxima do Ribeirão Pimpínela.

4° - Com o município Astorga.

Começa na cabeceira do Ribeirão Pimpínela, desce por este até sua foz no Ribeirão Dríades, pelo qual desce até a foz no Rio Bandeirantes do Norte.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) HOMERO OGUIDO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 388/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida a Senhora MARLENE BEETZ ZIELONKA, viúva do ex-Prefeito de Piraquara, ANTÔNIO ALCEU ZIELONKA, uma pensão mensal no valor de CR\$ 7.715,52 (sete mil setecentos e quinze cruzeiros e cinqüenta e dois centavos).

§ 1° - O valor de que trata o caput deste artigo será atualizado por ocasião dos reajustes de vencimentos do funciona-

lismo, nos mesmos percentuais e época de vigência.

§ 2° - A pensão de que trata esta lei, deixará de ser devida caso a beneficiária contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

ANTÔNIO ALCEU ZIELONKA, como Prefeito de Piraquara, teve sempre sua atenção voltada a favor da população mais carente do município. Sua administração sempre democrática, honesta e simples com elevado senso de humanidade, angariou a simpatia e admiração de seus munícipes.

Sua esposa, MARLENE BEETZ ZIELONKA, sempre a seu lado teve destacado papel, também desenvolvendo atividades em favor da comunidade.

Seu prematuro desaparecimento, deixa uma lacuna irreparável entre seus familiares e no seu Município.

Por este motivo, levamos esta proposta como homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao município de Piraquara.

PROJETO DE LEI N° 389/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum", do resultado do plebiscito, o Município de PITANGUEIRAS, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do município de Rolândia, e divisas seguintes:

1° - Com o município de Jaguapitã.

Começa na foz do Ribeirão Dríades, no rio Bandeirantes do Norte, sobe por este até a foz do Ribeirão das Pitangueiras.

2° - Com o município de Rolândia.

Começa no rio Bandeirantes do Norte, na foz do Ribeirão Pitangueiras por este acima até o córrego Mangueiras divisa com o município de Sabáudia.

3° - Com o município de Sabáudia.

Começa na foz do córrego Mangueiras por este córrego seguindo até seu afluente córrego Mamão e por este acima até sua cabeceira, de onde alcança em linha reta, a cabeceira mais próxima do Ribeirão Pimpínela.

4° - Com o município Astorga.

Começa na cabeceira do Ribeirão Pimpínela, desce por este até sua foz no Ribeirão Dríades, pelo qual desce até a foz no Rio Bandeirantes do Norte.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) HOMERO OGUIDO

PROJETO DE LEI N° 390/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECLARATÓRIA

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE TOLEDO" - ATI, com sede e foro no município de Toledo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(aa) WERNER WANDERER

DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços à comunidade toledana.

Nada mais justo, que além do reconhecimento a nível do Município, este Parlamento, também se manifeste aprovando o Projeto de Lei em tela no âmbito Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 391/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECLARATÓRIA

Art. 1º - Aos integrantes da carreira de Oficial de Justiça, dos Quadros de Servidores do Poder Judiciário, fica autorizado o porte de arma.

Art. 2º - O Presidente do Tribunal de Justiça baixará ato regulamentando a concessão do porte de arma, que constará da carteira de identidade funcional do servidor, observado o seguinte:

I - Uso exclusivo em serviço;

II - utilização nos limites territoriais do Estado, exceto quando esteja diligenciando a serviço da autoridade judiciária à qual estiver diretamente subordinado.

Art. 3º - Para efeito de controle, a Secretaria do Tribunal de Justiça oficiará à Secretaria da Segurança Pública, relatando o nome e qualificação dos servidores cujo porte de arma é autorizado na forma da presente lei.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Orlando Pessuti, Vera Agibert, Luciano Pizzatto e Djalma de Almeida César.

JUSTIFICATIVA:

Aos integrantes da carreira de Oficial de Justiça, dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário, a lei processual atribui a execução de certas diligências imprescindíveis ao perfeito funcionamento do aparelho jurisdicional.

O Código de Processo Civil, em seu artigo 143, dispõe:

"Art. 143 - Incube ao Oficial de Justiça:

I - fazer pessoalmente as citações, prisões, penhoras, arrestos e mais diligências próprias do seu ofício, certifi-

cando no mandado o ocorrido, com menção de lugar, dia e hora. A diligência, sempre que possível, realizar-se-á na presença de duas testemunhas;

II - executar as ordens do Juiz a que estiver subordinado;

III - entregar, em cartório, o mandado, logo depois de cumprido;

IV - estar presente às audiências e coadjuvar o Juiz na manutenção da ordem."

Por sua vez, o Código do Processo Penal, atribui ao Oficial de Justiça a execução de inúmeras diligências, dentre as quais se destacam:

Art. 415 - Intimação de sentença de pronúncia, em caso de crime afiançável, pessoalmente ao réu preso ou seu defensor.

Art. 357 - Citação por mandado ao réu, quando a leitura do mesmo deve ser feita ao citando pessoalmente. Neste caso, o Oficial deve certificar nos autos se houve recusa ou aceitação da entrega da contrafé.

Art. 429, § 2º - Intimação de jurados dos julgamentos dos crimes dolosos contra a vida.

Art. 763 - Cumprimento do MANDADO DE CAPTURA, em caso de aplicação de medida de segurança, estando solto o internado. Neste caso, a lei faculta o cumprimento da diligência até mesmo pela autoridade policial.

Art. 218 - Condução de testemunha faltosa, ocasião em que o Oficial de Justiça atua em nível de risco idêntico ao de qualquer autoridade policial.

Como se vê, inúmeras são as funções e tarefas desempenhadas regularmente pelos oficiais de Justiça com grau acentuado de risco de vida. Tanto assim é que todos recebem de há muito, gratificação de risco de vida e saúde, introduzida desde a reestruturação do Quadro de servidores, em 1980.

A similitude das suas atribuições com a dos policiais civis e militares é patente, sem que, todavia, possam usufruir dos meios necessários à sua própria defesa pessoal.

O anteprojeto de lei que ora apresento, permite aos Oficiais de Justiça o porte de arma de fogo em serviço, mediante regulamentação a ser baixado pelo Poder Judiciário, com vistas a adoção de parâmetros para o uso correto e responsável desta faculdade.

Entendo imprescindível o porte de arma, a menos para permitir a estes bravos integrantes do Judiciário, maior segurança no cumprimento das diligências mais perigosas, pois não são poucos os casos já registrados de Oficiais de Justiça que tombam no cumprimento do dever.

Por fim, resultando em lei, as disposições aqui apresentadas servirão como

forma de igualar forças entre chefes de família e responsáveis servidores públicos, com os marginais e criminosos a quem a justiça deve ser aplicada.

PROJETO DE LEI N° 392/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedida à EMÍLIA DECARLI PIAZZA, viúva do ex-Prefeito e ex-Vereador do município de Toledo, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 7.715,52 (sete mil, setecentos e quinze cruzeiros e cinquenta e dois centavos).

§ 1° - O valor de que trata o "caput" deste artigo será atualizado por ocasião dos reajustes de vencimentos do funcionalismo, nos mesmos percentuais e época de vigência.

§ 2° - A pensão de que trata esta lei, deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente solicitação em consideração à situação atual em que a Senhora Emília Decarli Piazza, esposa do Senhor Joaquim Piazza ex-Prefeito do município de Toledo e ex-Vereador, em idade avançada e sem condições de sustento próprio, não se podendo menosprezar o profícuo trabalho e dedicação de sua família na pessoa do ex-Prefeito, que no espaço de tempo em que dedicou-se àquele município, trouxe inúmeros e reconhecidos benefícios àquela comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Werner Wanderer e Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor

Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n. 77/90. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

O Sr. Caíto Quintana - Senhor Presidente, Vossa Excelência está votando preferência de votação para o requerimento do aumento do funcionalismo?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Da Casa, é o Projeto de Resolução n. 77/90.

O Sr. Caíto Quintana - Senhor Presidente, eu requeiro chamada nominal para nós constataremos os Deputados que realmente estão preocupados que antes do encerramento do período do mês de julho o funcionalismo da Assembléia Legislativa possa ter, na sua folha de pagamento, o aumento proposto pela Comissão Executiva.

O Sr. Dirceu Manfrinato (Pela Ordem) - Após a chamada nominal eu me inscrevo para encaminhar.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Senhor Presidente, retiro a verificação de votação em relação a este projeto que nós estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado o requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei ns. 361 e 362/90. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Desisto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Eu requeiro

O Sr. Caíto Quintana - Eu requeiro chamada nominal.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Não há razão uma vez que já se constatou o número suficiente de Deputados que votou o requerimento anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É matéria nova. Vamos submeter à verificação de votação.

O Sr. Caíto Quintana - Senhor Presidente, solicito chamada nominal temporária.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Werner Wanderer) (Procede chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Caíto Quintana requer dispensa da chamada nominal.

Está dispensada a chamada nominal.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento referente ao Deputado Caíto Quintana, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.
Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.
Vinte e cinco Senhores Deputados aprovam o requerimento.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, requeiro a suspensão da sessão por cinco minutos, para um entendimento entre as lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está atendida.
(É suspensa a sessão por cinco minutos).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.
Aprovado o requerimento de preferência do Deputado Caíto Quintana.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 77/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA,

que acresce 14% aos vencimentos dos funcionários efetivos, inativos, celetistas e cargos em comissão simbologia G desta Assembleia Legislativa. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 361/90, de autoria da PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 118/90), que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos Orçamentos Próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, com base no disposto no artigo 18 da Lei Estadual n. 9.173, de 27 de dezembro de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 362/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo à reestimar as Receitas de Recolhimento Centralizado, a abrir créditos suplementares aos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, emendas aditivas de Plenário, em n. de 2 (duas) de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana e Nereu Carlos Massignan com apoioamento do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 362/90

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 119/90, visa conseguir autorização desta Casa de Leis para que possa proceder à reestimação das receitas de Recolhimento Centralizado, a abertura de créditos suplementares aos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público.

Ao analisar o plano em tela, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer favorável, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente;

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N° 362/90

Artigo Único - Inclua-se onde couber, os artigos a seguir discriminados:

"Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a, em nome do Estado do Paraná,

contratar parcelamento (reparcelamento) de dívida para com o FGTS, através da Caixa Econômica Federal, na forma de Resolução 02, de 28.11.89, do Conselho Curador do FGTS, e débitos previdenciários apurados em conjunto pelo Estado e Superintendência Regional do IAPAS.

Art. 6º - Para a garantia do principal e acessórios, fica o Poder Executivo autorizado a atualizar parcelas do Fundo de Participação dos Estados, durante o prazo de vigência do parcelamento (ou reparcelamento) autorizado por esta lei.

Art. 7º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anual e plurianual do Estado, durante o prazo que vier a ser estabelecido para o parcelamento (ou reparcelamento), dotações suficientes à amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta lei".

Artigo Único - Inclua-se onde couber, artigo com a seguinte redação:

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de Cr\$ 51.353.000,00 (cinquenta e um milhões, trezentos e cinquenta e três mil cruzeiros) na programação da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, atividade 4304.02040152.139 - Supervisão do Complexo Penitenciário, elemento de despesa 4110 - Obras e Instalações - Fonte 00, para a ampliação física da Colônia Penal Agrícola, possibilitando a abertura de 350 novas vagas para detentos em regime semi-aberto, servindo como recurso, o cancelamento de igual importância na atividade 1701.07401832.236 - Apoio a Necessidades Prioritárias e Programas Emergenciais, elemento de despesa 4130 - Investimentos em regime de Execução do Estado - Recurso sob Supervisão da SEPL".

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A abertura de novas vagas no regime semi-aberto é extremamente necessária pois, apesar de muitos presos já terem direito a este benefício, continuam cumprindo pena em prisões comuns, acarretando com isto a superpopulação das mesmas.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Acrescente-se ao Projeto de Lei n. 362/90, o seguinte artigo:

"Art. 7º - Fica revogado o artigo 8º da Lei n. 9173 de 27 de dezembro de 1989".

Sala das Sessões, em 29.06.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamento: Luciano Pizzatto

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emendas. - Aprovadas.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, con-

Curitiba, sexta, em 29.06.90

forme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 170/87, de autoria do Deputado ARTAGAO MATTOS LEAO, que cria o Município de CANDÓI, com território desmembrado do Município de Guarapuava, formado com área do Distrito de Candói e do Distrito de Paz, com sede na localidade de Candói. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. - Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 120/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que cria o Município de ÂNGULO, com território desmembrado do Município de Iguaçu, obedecendo as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 120/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Antônio Bárbara, tem a finalidade de criar o Município de ÂNGULO, desmembrado do Município de Iguaçu, com as divisas que especifica.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade popular da comunidade interessada expressada durante a realização do plebiscito no dia 24 de junho de 1990, quando do número total de 1.295 votantes, 95,2% dos eleitores foram favoráveis à criação do Município de Ângulo.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PIRAJÁ FERREIRA - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 162/89, de autoria dos Deputados GERNOTE KIRINUS e WERNER WANDERER, que cria o Município de MERCEDES, com território desmembrado do Município de Mal. Cândido Rondon, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral, de autoria da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 162/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Deputados Gernote Kirinus e Werner Wanderer, tem por finalidade criar

o Município de MERCEDES, desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon, com as divisas que especifica.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida, consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela APROVAÇÃO do referido projeto de lei, conforme Substitutivo Geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator

PROJETO DE LEI N° 162/89

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1° - Fica criado ad-referendum do resultado do plebiscito, o município de MERCEDES, desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon, com seguintes divisas:

"Inicia-se no Lago de Itaipu (Rio Paraná), confrontando-se com a República do Paraguai até a embocadura do Lago Itaipu (Rio Guaçu); da embocadura do Lago Itaipu (Rio Guaçu), até o término do Lago Itaipu (lado Guaçu) confrontando-se com os Municípios de Guaíra e Terra Roxa; do término do Lago de Itaipu (Rio Guaçu) ao ponto de embocadura do Lageado Guavirá à montante do Rio Guaçu, confrontando-se com o Município de Terra Roxa e nova Santa Rosa; do ponto de embocadura do Lageado Guavirá no Rio Guaçu ao ponto de embocadura do Lageado Mercedes à montante do Lageado Guavirá confrontando-se com o Distrito de Novo Três Passos; do ponto de embocadura do Lageado Mercedes no Lageado Guavirá ao ponto de divisa entre os lotes rurais: lote 25 do 28° perímetro e o lote 24 do 28° perímetro (Distrito de Novo Horizonte) à montante do Lageado Mercedes confrontando-se com o Distrito de Novo Três Passos; segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 25 e 49 do 28° perímetro e os lotes 24, 23, 22, 21, 19, 18, 17 e 16 do 28° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: 15 do 28° perímetro e o lote 16 do 28° perímetro (Distrito de Novo Horizonte) até a Sanga São Luiz; segue a montante pela Sanga São Luiz à nascente da mesma (lote rural n° 13 do 28° perímetro) confrontando-se com o Distrito de Novo Horizonte; da nascente da Sanga São Luiz segue por linha seca entre os lotes rurais: lote 13 do perímetro e o lote 113 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); por linha seca entre os lotes rurais: lote 12 do 28°

perímetro e o lote 113 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); até o ponto que corta o Lageado 17 de Setembro; deste ponto adiante até o ponto de embocadura da Sanga Martin confrontando-se com o Distrito de Novo Horizonte; do ponto que a Sanga Martin emboca no Lageado 17 de Setembro segue à montante pela Sanga Martin até encontrar a linha divisória dos lotes rurais: lote 140 do 18° perímetro e o lote 35 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 140, 139, 138 e o 18° perímetro e o lote 135 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 138 e 168 do 18° perímetro e o lote 69 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte) até encontrar o ponto que corta o Lageado Belmonte; segue a jusante no Lageado Belmonte até a linha divisória dos lotes rurais: lote 56 do 18° perímetro e o lote 55 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lote 56 do 18° perímetro e o lote 55 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte), a linha que corta a Sanga 27 de Setembro; segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 10 e 56 do 42° perímetro e os lotes 9 e 59 do 42° perímetro (Distrito de Novo Horizonte), até encontrar o ponto que corta o Arroio São Luiz; confrontando-se com o Distrito de Novo Horizonte; segue a jusante do arroio São Luiz até o Lago Itaipu (Arroio São Luiz), confrontando-se com o Distrito de Porto Mendes; deste ponto segue pelo Lago Itaipu (Arroio São Luiz) à jusante até o ponto de embocadura no Lago de Itaipu (Rio Paraná), ponto de início, confrontando-se com o Distrito de Porto Mendes, ponto inicial e final."

Art. 2° - Anexo ao Projeto, Memorial Descritivo e respectivo Mapa do Perímetro Urbano da futura área.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

LUCIANO PIZZATTO - Relator.

Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 166/89, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que cria o município de Quatro Pontes, com divisas que especifica. com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de autoria da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 166/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus, tem por finalidade criar o município de QUATRO PONTES, com divisas que especifica.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida, consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela APROVAÇÃO do referido projeto de lei, conforme Substitutivo geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

CÂNDIDO BASTOS - Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL,

AO PROJETO DE LEI N° 166/89

Art.1° - Fica criado o município de Quatro Pontes, "ad referendum" do resultado de plebiscito, desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon, com as seguintes divisas:

"Tem como ponto inicial e final a foz da Sanga Crissiumal no Arroio Guaçu. Sobe pelo Arroio Guaçu, divisa intermunicipal com Nova Santa Rosa e Toledo até a foz da Sanga Funda. Sobe por esta até a sua nascente (divisa intermunicipal com Toledo). Deste ponto por linha seca e reta rumo Sudoeste até a nascente da Sanga Cristal. Descendo por esta até a sua foz no Lageado Azul. Descendo por este até o Lageado Três Voltas, subindo por este até a divisa dos lotes 9 e 8, seguindo por esta divisa lote 08 (inclusive) e 09 (exclusive) até a divisa dos lotes 10 e 07 (inclusive) e 10 (exclusive) por esta divisa até a nascente do Arroio Fundo, descendo por este até a sua nascente. Deste ponto pela divisa dos lotes 37, 72, 50 e 36 (exclusive) e lotes 38, 69, 13, 21 e 35 (inclusive) até o Arroio Quatro Pontes. Descendo por este até a divisa dos lotes 154, 153 (exclusive) e 151 e 152 (inclusive) por esta divisa até a nascente da Sanga Crissiumal, descendo por esta até a sua foz do Arroio Guaçu, ponto inicial e final."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES:

Tem como ponto inicial e final a divisa da Chácara 97 na Rua Bagé. Do ponto inicial segue pelas Divisas das Chácaras 97, 1 e 12 (exclusive) e quadras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 (inclusive) até a Rua São Leopoldo, segue por esta até a Rua 7 de Abril, por esta até a Rua Santa Cruz, por esta até a Divisa das Chácaras P.20, Divisas das Chácaras P.20, P.11, P.10 e P.1 (exclusive) e Quadras 68, 67, 66, 65,

Curitiba, sexta, em 29.06.90

64, 63, 62 e 61 (inclusive) até a Rua Bagé até a Divisa da Chácara 97, ponto inicial e final."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

CÂNDIDO BASTOS

Relator

Aprovado o substitutivo Geral, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 323/90, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que concede pensão de dois salários-mínimos à Senhora Mirian de Oliveira Camargo Rodrigues, viúva do Senhor Jamidas Antunes Rodrigues, ex-Prefeito de Santo Antônio da Platina. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 323/90

PARECER:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado José Afonso Júnior, tem por finalidade conceder pensão de dois salários-mínimos à Senhora Mirian de Oliveira Camargo Rodrigues, viúva do Senhor Jamidas Antunes Rodrigues, ex-Prefeito de Santo Antônio da Platina.

A medida consubstanciada no presente projeto de lei é justa e de alto cunho social e humanitário. Além disso, não há óbice legal ou constitucional que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 359/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que cria o Município de Gonçalves Júnior, desmembrado do Município de Irati, "ad referendum" do plebiscito a ser realizado. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 359/90

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, tem por finalidade criar o Município de Gonçalves Júnior, desmembrado do Município de Irati, "ad referendum", do plebiscito a

ser realizado.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela Aprovação do referido projeto de lei. É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 1799, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1808, 1803, 1807, 1791, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1792, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1793, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1800, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Lossó, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1802, de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do

expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1804, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1805, de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1809, 1810, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1813, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Marco para as 16:30 horas, nova sessão para apreciação da Redação Final das Mensagens de suplementação orçamentária em decorrência de requerimento aprovado com base no disposto no artigo 18 da Lei 9173/89.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra sessão extraordinária, para as 16:30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 361/90 e 362/90.

Levanta-se a sessão.